

26 FEV 1987

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERC

Mangels Sistemas de
Consultoria, Sistemas e Serviços
Fone (011) 452 4811

CONSTITUINTE

ANC
Jag. 6

PFL contesta ação de Ulysses e impede aprovação do regimento

por Francisco Stello Fogó
de Brasília

A estratégia do PFL de confrontar com o PMDB impediu a aprovação, na sessão de ontem, do regimento interno da Constituinte, conforme era desejo do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães. Portanto, ao contrário do que este jornal noticiou na edição de ontem, a Constituinte não tem, por ora, instrumentos para mudar a Constituição em vigor.

Na sessão plenária de ontem, o PFL chamou de "ditatorial" a atitude de Ulysses Guimarães na condução dos trabalhos e em protesto, retirou-se do plenário, acompanhado pela quase totalidade dos membros do PDS, do PDT e do PDC.

As lideranças do PMDB testaram a tendência dos constituintes remanescentes através de uma verificação de quórum para votação. Seria necessária a presença de, no mínimo, 280 constituintes. Havia 283, entre os quais declarados opositores à aprovação. Como ela se daria por maioria absoluta de 280 votos, estava claro que o



Ulysses Guimarães

substitutivo seria rejeitado, apesar da presença maciça do PT, do PCB, do PC do B e do PDT, firmemente dispostos a fechar com o PMDB pela aprovação.

"Não houve vencidos nem vencedores", declarou o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, ao editor Valério Fabris. "Simplesmente ficou provado que a nova Constituição só será feita se tiver negociação", constatou.

Pouco antes do início da verificação de quórum, estava claro para os líderes do PMDB que o substitutivo não seria aprovado caso

fosse submetido a votação. Em nome da liderança do partido, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) denunciou uma conspiração articulada pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, contra a soberania da Constituinte.

Carlos Sant'Anna empenhou-se o quanto pôde pelo acordo entre o PMDB e o PFL. O acordo, segundo ele, seria fechado se o PMDB acrescentasse uma frase ao dispositivo do regimento sobre soberania. O substitutivo abria caminho para a alteração da Constituição vigente para "regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte". A frase-chave para o acordo acrescentaria que isso poderia ser feito na hipótese de grave ameaça ao seu funcionamento.

A decisão de Ulysses Guimarães e das demais lideranças do PMDB de não fechar o acordo foi tomada depois de um prolongado processo de negociações com o PFL e de uma extensa avaliação das possibilidades de aprovação do substitutivo tal como estava.

Ao iniciar a sessão de en-

caminhamento da votação, antes da retirada da banca do PFL, Ulysses Guimarães preocupou-se em demonstrar que o procedimento seria o mais democrático possível. A verificação de quórum, disse, é providência necessária em votações por maioria absoluta. Explicou que o mecanismo fora adotado no processo de votação da emenda das diretas-já, "infelizmente sacrificada" por uma diferença de 26 votos.

DEPOIS DO CARNAVAL

O relatório do substitutivo foi apresentado ao plenário, pelo senador Fernando Henrique Cardoso, com uma firme defesa da manutenção do dispositivo sobre a soberania. O dispositivo, disse, "é indispensável para que a Constituinte possa tomar uma decisão política quando for oportuno". E rebateu as acusações formuladas pelo PFL, de que o PMDB teria a intenção de atingir a duração do mandato do presidente José Sarney.

Ao final da sessão de ontem, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, previa que somente depois do carnaval o regimento deverá ser votado.